

COVID-19, DESVIO E CONTROLE SOCIAL: PISTAS DE UMA CRIMINOLOGIA DA PANDEMIA

COVID-19, DEVIATION AND SOCIAL CONTROL: CLUES TO A PANDEMIC CRIMINOLOGY

DAVID PIMENTEL BARBOSA DE SIENA¹

RESUMO:

A pandemia do novo coronavírus representa novas determinações nas dinâmicas criminais, pois as medidas de isolamento impactam decisivamente nas atividades rotineiras. No momento, parece indispensável pensar em uma *criminologia epidemiológica*, nos termos de Timothy A. Akers e Mark M. Lanier, que saiba integrar e lidar com a sobreposição dos campos da saúde pública e criminológica. Tomando empréstimo da *routine activities theory* de Lawrence E. Cohen e Marcus Felson, o texto oferece uma análise conjuntural dos fatores que tem influenciado positiva e negativamente em diversas formas de violência e desvio. Por outro lado, como perspectivas do futuro criminológico, é elaborada uma crítica foucaultiana ao policiamento como técnica de controle social das populações potencialmente hospedeiras do Coronavírus.

PALAVRAS-CHAVE:

Criminologia, Pandemia, Coronavírus, Violência, Policiamento.

ABSTRACT:

The pandemic of the new coronavirus represents new determinations in criminal dynamics, as measures of isolation that have a decisive impact on routine activities. At no time, it seems essential to think of **epidemiological criminology**, in the terms of Timothy A. Akers and Mark M. Lanier, who know and deal with an exhibition of fields in public health and criminology. Command of the **routine activities theory** by Lawrence E. Cohen and Marcus Felson, the text offers a conjunctural analysis of the factors that positively and negatively influence various forms of violence and deviance. On the other hand, like the prospects for the criminal future, a critical critique of policing is developed as a technique for social control of threats potentially hosted by the flu virus.

KEYWORDS:

Criminology, Pandemic, Coronavirus, Violence, Policing

¹ Delegado de Polícia do Estado de São Paulo (PCSP). Professor de Direito Penal da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) e de Criminologia da Academia de Polícia de São Paulo (ACADEPOL). Doutorando e Mestre em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Contato: daviddesiena@icloud.com

1. INTRODUÇÃO

Não parece precoce afirmar que a pandemia do novo coronavírus (SARS-COV 2) provocou a mais profunda crise global deste século. A COVID-19 provocou uma crise sistêmica, pressionando os serviços de saúde, e desencadeando uma rescesão (ou depressão) econômica sem precedentes. Por conta das medidas de isolamento social, diversas dinâmicas sociais, entre elas aquelas associadas à violência, se transformaram significativamente nos últimos meses. Nesse contexto, procuraremos discutir algumas implicações criminológicas decorrentes da pandemia. Em outros termos, podemos pensar em uma criminologia da pandemia. Claro que muito do que se afirmará tem caráter provisório, pois estamos diante do desconhecido que impõe desafios inéditos à academia e ao sistema de justiça criminal.

Compreender como a violência se desenvolve durante a pandemia é tarefa fundamental. Podemos aprender com a queda de determinados indicadores criminais e o aumento de outros, com vistas a traçar políticas criminais longevas para além das medidas de urgência decretadas. Da mesma forma que economistas discutem a economia pós-pandemia, no campo criminológico é importante questionar o que acontecerá com a violência no momento em que as medidas de isolamento forem flexibilizadas e a vida voltar ao “novo normal”.

Existem diversas relações causais entre a pandemia e a violência. Talvez as mais nítidas estejam relacionadas com as medidas de isolamento social decretadas pelas autoridades públicas para retardar a transmissão do vírus. Contudo, na análise comparativa dos indicadores criminais, se deve levar em consideração, que nas diversas localidades, foram adotadas medidas não uniformes de bloqueio social, das mais brandas possíveis (v.g., a quarentena em São Paulo), até as mais restritivas da liberdade individual, como é o caso do *lockdown* (v.g.,

Belém, São Luís e Niterói). E ainda, com relação ao comércio de bebidas alcoólicas, substâncias associadas a crimes violentos, igualmente foram adotadas diferentes políticas, desde as mais liberais (v.g., nos países americanos e na maioria dos europeus) até aquelas que impuseram a abstinência (v.g., na África do Sul², Filipinas, e Índia). Obviamente, se estamos diante de diferentes cenários de isolamento social e comercialização de certas substâncias, a comparação entre países ou estados fica bem comprometida, por conta do componente político subjacente, que permeia as diferentes tomadas de decisão dos administradores públicos. Trocando em miúdos, do ponto de vista da ciência criminológica, a pandemia criou um ambiente naturalmente fecundo para a análise comparativa da violência efetivamente praticada, com essa ressalva da falta de uniformidade das medidas restritivas.

2. AS MEDIDAS DE ISOLAMENTO SOCIAL SOB A PERSPECTIVA DA *ROUTINE ACTIVITIES THEORY*

As medidas de isolamento social são novas determinações, que interferem diretamente em diversos fatores causais da criminalidade, pois transformou de maneira abrupta as atividades de rotina e padrões de comportamento. As medidas de bloqueio afetam diversos mecanismos causais da criminalidade. Nesse aspecto, parece útil no momento lembrar a *routine activities theory*, desenvolvida por Lawrence E. Cohen e Marcus Felson (1979), que busca explicar os crimes, não a partir de determinismos biológicos ou sociais, mas levando em consideração três circunstâncias convergentes que envolvem a maioria dos desvios:

a) ofensor motivado: nos países desenvolvidos, os crimes praticados nos espaços públicos diminuíram sensivelmente, porém nos países em desenvolvimento, fatores como a fome, desemprego, falta

2 Na África do Sul, a partir de 27 de março de 2020, o lockdown foi associado com a proibição de venda de álcool. Essas medidas se mostraram eficazes para a diminuição da violência, pois ainda na primeira semana, por exemplo, já foi registrada queda do número de homicídios (-71%), em comparação ao ano anterior (PRINSLOO & BAX, 2020).

de assistência social, entre outros, estão pressionando os indicadores criminais relacionados à violência praticada nas ruas. De qualquer forma, o risco de infecção decorrente da interação social parece ser um mecanismo causal de diminuição da violência entre desconhecidos. Por outro lado, o aumento de ansiedade e raiva, por vezes associadas ao uso problemático de álcool e outras drogas, são elementos motivadores da violência doméstica praticada contra mulheres, crianças e idosos. Nesse sentido, a proibição de venda de álcool em alguns países, como os já citados, sugere impactos positivos na diminuição dos crimes intrafamiliares.

b) alvo disponível: a adoção de medidas de isolamento tornam as vítimas de violência doméstica acessíveis aos agressores, por período ininterrupto, não sendo por outro motivo que seus indicadores estão crescendo de maneira dramática. Outros alvos, como as mercadorias em estoque nos estabelecimentos dos centros urbanos, estão potencialmente disponíveis para a prática de delitos patrimoniais.

c) ausência de guardiões: a concentração de esforços para assegurar o isolamento social pode criar oportunidades para a prática de crimes nas ruas. Todavia, os dispositivos de vigilância utilizados para a execução das medidas sanitárias, sobretudo as tecnologias de monitoramento, podem também funcionar como instrumentos de controle social da criminalidade.

Esses fatores, entre outros, atuam de maneira dinâmica nos mecanismos causais da criminalidade. Provavelmente, com o avançar da pandemia, outros cenários poderão surgir. Alguns comportamentos sofreram influência

imediate com a adoção das medidas de isolamento (v.g., homicídios, roubos de veículo, *bullying* nas escolas etc). Porém, com o passar do tempo, de modo cadenciado, provavelmente os níveis de estresse decorrentes do isolamento, desemprego, falta de recursos financeiros, poderão incrementar a violência.

Mas afinal, a pandemia aumentou ou diminuiu a violência? Não há resposta pronta e fácil para essa pergunta. Parece ainda ser precoce, de maneira conclusiva, responde-la em um ou outro sentido. Até o presente momento, é possível afirmar que os impactos da pandemia na violência foram relativos. O fato é que, antes e após a Covid-19, a violência esteve e estará sempre presente em nossas rotinas diárias.

As medidas de isolamento social afetam 80% da população mundial, sendo que cerca de 1,6 bilhões de crianças e 2 bilhões de adultos estão confinados ininterruptamente por semanas em suas casas (EISNER & NIVETTE, 2020). Rapidamente, os lares foram potencializados como ambientes criminógenos, que vitimizam especialmente mulheres e crianças, por agressores motivados por fatores biológicos, psicológicos, econômicos etc. Entre as diversas políticas públicas adotadas para lidar com a violência doméstica destacamos aquelas que facilitam a comunicação dos fatos à polícia³ ou até mesmo à comunidade⁴, além de outras medidas que asseguram o afastamento das vítimas⁵.

Nos Estados Unidos da América, após a pandemia, se observou significativos declínios de crimes contra o patrimônio. Foram relatados distúrbios sociais, e crimes de ódio praticados contra asiáticos, por força do estereótipo fomentado por Donald Trump, que em diversas oportunidades designou a doença como *China Virus*, comportamento mimetizado pela *alt-right* brasileira. A História das Pandemias informa que sempre estiveram associadas ao racismo e outros sectarismos, além de teorias

3 A Polícia Civil de São Paulo, por força da Portaria DGP n. 24, de 13 de abril de 2020, passou a ser possível o registro de Boletim de Ocorrência Eletrônico dos casos de violência doméstica.

4 Na Argentina, se convencionou que a mulher ao solicitar uma “máscara vermelha” na farmácia, estaria pedindo socorro aos agentes policiais.

5 Na França e Itália, com vistas a garantir o isolamento social, como alternativa aos abrigos foram disponibilizados às vítimas de violência doméstica quartos de hotéis.

da conspiração⁶. Em tempos de pandemia, se afloram as mais variadas teorias da conspiração, rapidamente reverberadas instantaneamente pelas redes sociais, propagando discurso de ódio contra raças e grupos étnicos⁷. E o que é pior: nos termos da teoria do desengajamento moral (BANDURA, 2016), o ódio direcionado aos chineses se acirrará na medida em que a crise econômica se aprofunda, sendo alimentado principalmente por líderes populistas (EISNER & NIVETTE, 2020). É possível que o quadro estadunidense se complexifique, pois durante o período de isolamento as compras de armas de fogo estão simplesmente dobrando (COLLINS & YAFFE-BELLANY, 2020), pelo medo do crescimento da criminalidade ou futura restrição às compras, entre outros possíveis motivos a serem esclarecidos. O prognóstico negativo está fundamentado no consenso criminológico de que a presença de armas de fogo nas residências aumenta significativamente as chances de vitimização do residente (KELLERMAN et. al., 1993), consenso esse que desconstruiu o falacioso argumento *more guns less crime*.

A América Latina, salvo algumas exceções como como a do México⁸, seguiu a mesma tendência, apresentando em diversos países uma substancial queda da violência praticada entre estranhos nas ruas (SEMPLE & AHMED, 2020). Contudo, com a imposição das medidas de isolamento, a violência doméstica aumentou vertiginosamente. De fato, o isolamento pode ser apontado como uma importante determinação, de caráter social e ecológico, que não só afeta o cotidiano das pessoas, mas que implica na redução da delinquência praticada nos extramuros dos lares (v.g.,

furtos de veículos, roubos de pedestres, latrocínios etc). Todavia, foram reportados alguns saques a estabelecimentos comerciais, por conta da fome. A escassez, ainda que virtual, de alimentos e outros produtos, e o exército de desempregados, são relevantes mecanismos de distúrbios sociais, que inevitavelmente provocam desvios, como ataques a equipamentos públicos e saques a estabelecimentos comerciais, podendo-se no limite restar estabelecido um estado de anomia. Por outro lado, o ambiente doméstico tem se mostrado potencialmente criminógeno se habitado por agressores de mulheres e crianças. Há uma tendência de inflexão dos indicadores de homicídios, que tendem a permanecer no mesmo patamar ou até mesmo aumentar. Isso porque a maior parte das mortes violentas intencionais está associada a disputas no entorno do tráfico de drogas. Com relação ao crime organizado, elemento indissociável da criminalidade em nosso subcontinente, há uma peculiaridade: notícias dão conta de que organizações criminosas tem assumido o protagonismo na condução das comunidades ao isolamento social, além de prestarem auxílio material à população em desamparo.

A pandemia tem ocupado os noticiários, tomando parcela considerável da atenção que era depositada ao crime organizado. Isso não significa, em absoluto, que as atividades criminosas não continuem sendo praticadas, a despeito da crise econômica também atingir as economias criminais. À luz da teoria da oportunidade política (TARROW, 1994), é possível que organizações criminosas tirem proveito da crise para expandir o controle territorial de seus mercados ilegais⁹.

6 No momento em que a peste bubônica assolou a população de Estrasburgo (1347-1351), os judeus foram responsabilizados por aquele mal, sendo acusados de envenenar os poços da cidade.

7 Sobre esse aspecto, vale lembrar, no Reino Unido, o caso de compartilhamento de fake news associando a tecnologia 5G à disseminação do coronavírus, fato que provocou diversos ataques a equipamentos de telecomunicações. Nos Estados Unidos da América, o discurso das autoridades, que culpabilizam a China pela pandemia, tem provocado diversas agressões a chineses.

8 Em que pese o isolamento social ter sido decretado a partir de 30 de março, o número de casos de homicídio permaneceu inalterado no México. A intensificação da belicosidade entre os cartéis de drogas, diante da escassez de insumos e outras dificuldades logísticas, possivelmente estão pressionando o aumento do número de homicídios (FERRI, 2020). Contudo, deve-se levar em consideração o fato de que o México adotou as medidas de isolamento tardiamente, sendo que é possível que ainda não transcorreu tempo suficiente para se verificarem os impactos positivos relativos à diminuição dos homicídios (SEMPLE & AHMED, 2020).

9 Na Colômbia, ativistas de direitos humanos estão sendo atacados por grupos de criminosos, que aparentemente têm ligações com os cartéis e a FARC, se aproveitando do atual momento, em que as forças policiais se concentram nos esforços para garantir a efetividade das medidas de isolamento social.

Talvez a discussão mais importante seja sobre como os dados relativos à violência se comportarão no pós-pandemia. A literatura nos sugere que os efeitos de momentos disruptivos, a exemplo das guerras, pandemias, catástrofes naturais etc, tendem a ser efêmeros, sendo que a violência costuma se restabelecer nos mesmos níveis do passado (LAPPI-SEPPÄLÄ & LEHTI, 2014). De qualquer forma, ao longo de 2020, e quem sabe dos próximos anos, testemunharemos o antes, o durante e o depois, da adoção dessas medidas de isolamento nos mais variados países, sendo um momento absolutamente singular também do ponto de vista criminológico, pelo qual a academia tem a raríssima oportunidade de testar diversas hipóteses até então admitidas apenas no plano teórico. Nesse sentido, Manuel Eisner e Amy Nivette consideram que *“as várias medidas de emergência adotadas em resposta ao COVID-19 representam uma oportunidade extraordinária para avançar nossa compreensão dos mecanismos sociais, psicológicos, econômicos e situacionais que influenciam as taxas de violência”* (EISNER & NIVETTE, 2020, p. 8). O campo criado pela pandemia permite aos pesquisadores isolar diversas variáveis, tarefa que só é possível com a imposição de medidas como o *lockdown*. Em suma, o tempo é de acúmulo de informação criminológica, com vistas de que, no futuro, quando as medidas de isolamento social não se fizeram mais necessárias, se possa formular políticas criminais que de fato previnam a violência.

3. ENTRE OS CUIDADOS À SAÚDE E O POLICIAMENTO: DESAFIOS PARA UMA CRIMINOLOGIA EPIDEMIOLÓGICA

Por outro lado, importa questionar se as medidas disciplinares adotadas em caráter emergencial persistirão no futuro pós-pandemia. Em Vigiar e Punir, no Capítulo III, reservado à discussão do “panoptismo”, Michel Foucault (2008), com a habilidade em lidar com arquivos que o caracterizava, fez uma descrição perturbadora das medidas disciplinares

adotadas durante a peste bubônica, que assolou as cidades européias pelo século XVII. Nos termos do próprio Foucault, *“a cidade pestilenta, atravessada pela hierarquia, pela vigilância, pelo olhar, pela documentação, a cidade imobilizada no funcionamento de um poder extensivo que age de maneira diversa sobre todos os corpos individuais – é a utopia da cidade perfeitamente governada”* (FOUCAULT, 2008, p. 164). A rica descrição foucaultiana, ao revelar entre outras disciplinas, um policiamento espacial estrito, onde as pessoas eram trancadas em suas casas, tem por objetivo caracterizar aquilo que denominou como *sociedade disciplinar*. Não por acaso, Foucault concluiu que *“a peste é a prova durante a qual se pode definir idealmente o exercício do poder disciplinar. Para fazer funcionar segundo a pura teoria os direitos e as leis, os juristas se punham imaginariamente no estado de natureza; para ver funcionar suas disciplinas perfeitas, os governantes sonhavam com o estado da peste”* (FOUCAULT, 2008, p. 164-165).

Autores como Byung-Chul Han sustentam que as atuais medidas necessárias para conter a pandemia são mais fáceis de ser adotadas em países asiáticos, pois, *“apesar do neoliberalismo, os Estados asiáticos, ao contrário do Ocidente, permaneceram como sociedades disciplinares”* (HAN, 2020). Levando em consideração nosso contexto, o filósofo sul-coreano parece estar com a razão, uma vez que a Portaria Interministerial n. 5, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública previstas na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, até o presente momento teve efeito mais simbólico do que prático, e dificilmente levará alguém à prisão por descumprimento das determinações das autoridades.

No panóptico, fruto da sociedade disciplinar, a noção de liberdade é ainda mais relativizada, pois de certa forma estão “presos” em suas células impermeáveis (casas), e aquele que tenta se deslocar coloca em risco a própria vida. Todavia, alguns indivíduos estão mais “presos” que os demais. A pandemia não modificou o que o sistema prisional sempre foi.

As prisões, além de criminógenas, são também ambientes altamente patogênicos, onde o coronavírus encontra as condições adequadas para a transmissão em meio à população carcerária e agentes prisionais.

Há um elemento em comum entre os saberes da saúde pública e criminológico: esses distintos campos invariavelmente têm como objeto de estudo populações marginalizadas (pessoas em situação de rua, que fazem uso problemático de álcool e outras drogas, encarceradas etc). Em certa medida, esses campos acabam se sobrepondo, e as diferenças disciplinares acabam perdendo o sentido. Timothy A. Akers e Mark M. Lanier (2009), em *“Epidemiological criminology”: coming full circle*, explicitaram as ligações teóricas e metodológicas entre essas disciplinas, propondo como novo paradigma uma “criminologia epidemiológica”.

Um bom exemplo desse tipo de abordagem criminológica pode ser encontrado na obra *Punishing Disease: HIV and the Criminalization of Sickness*, de Trevor Hoppe (2018), na qual é suficientemente demonstrado que a pandemia de AIDS sempre esteve associada à punição. O autor afirma que a aplicação da lei criminal por tribunais estadunidenses transformou essa doença em “maldade”, para punir especialmente as minorias estigmatizadas. Em linhas gerais, Hoppe demonstra como a retórica estigmatizante e os preconceitos permitem que juízes condenem acusados simplesmente por serem soros positivos. Ele argumenta que os atores do sistema de justiça criminal atuam sob a orientação do paradigma da responsabilidade pessoal, e que distintamente de outras doenças infecciosas, há quatro elementos que alimentam a criminalização da AIDS: estigma social, reportagens sensacionalistas da mídia, empresários morais e *lobby* de grupos de interesse. Levando em consideração a atual pandemia, preocupa perceber que o caminho para a criminalização da doença já foi há muito sedimentado.

Ademais, a literatura aponta que a pandemia de Influenza seria parcialmente tributária das vulnerabilidades sociais e colapso do sistema de saúde decorrentes da Primeira Guerra

Mundial (FLECKNOE, WAKEFIELD & SIMMONS, 2018). Trocando em miúdos, os conflitos armados são terreno fértil para a disseminação de doenças. Pode ser estabelecida uma causalidade reversa, i.e., a violência associada a outras vulnerabilidades sociais pode criar riscos de novas pandemias, de consequências incalculáveis. Por exemplo, a SARS ou Ebola são apenas duas das múltiplas doenças zoonóticas capazes de serem transmitidas de outras espécies aos seres humanos. Os crimes ambientais, a exemplos do desmatamento de florestas e tráfico ilegal da fauna silvestre, são apontados como um importante fator das catástrofes epidêmicas em todo mundo. Assim, o dano ambiental causado por perda da biodiversidade e doenças zoonóticas do tráfico de animais silvestres é digno de contemplação criminológica, não apenas por causa das consequências negativas para humanos, mas também porque o meio ambiente e as outras espécies são dignas de consideração por si mesmas (SOUTH & BRISMAN, 2014).

Em que pese a Covid-19 ser um problema de saúde pública, em todo mundo se sobressai o papel punitivo do Estado. Em tempos de pandemia, alguns criminólogos estão repensando a segurança pública, para além do policiamento (FATSIS, 2020). Por meio do novo mandamento universal “fique em casa”, viver em sociedade se resume em um esperado isolamento físico. Ocorre que, no Brasil por iniciativa de cada Estado-membro, o policiamento precedeu às medidas de bem-estar social, inclusive tardando naquelas destinadas a garantir uma renda mínima aos desprotegidos. Como sempre, o direito penal é muito mais veloz do que os direitos sociais. Assim, nos parece oportuno analisar criticamente a opção pela abordagem penal em um problema tão complexo como a pandemia, de múltiplas determinações biológicas, políticas, sociais, culturais e econômicas.

Em termos foucaultianos, os dispositivos disciplinares homogeneizam os comportamentos ao criar indivíduos. Isso implica na dessubjetivação ou objetivação, vale dizer, na desingularização de cada um. Mais do que um

“governo de indivíduos”, sob a perspectiva biopolítica temos um “governo das populações”, isto é, a gestão de grupos homogêneos de indivíduos. Na pandemia, o poder disciplinar se torna mais óbvio, sendo o policiamento em grande parte orientado de acordo com o coronavírus. Um bom exemplo disso ocorreu em 25 de março de 2020, quando foi aprovada pelo parlamento britânico, uma lei emergencial sobre o coronavírus, estabelecendo que a violação às regras de isolamento constituem uma “infração punível com condenação sumária por multa”. Toda expansão do direito penal, como a aludida, deve ser recebida com cautela pela comunidade jurídica, que deve repudiar os excessos ilegais por parte do poder público.

Obviamente, as normas sanitárias são de observância obrigatória. Em contrapartida, deve-se levar em conta também que quanto mais legitimidade social o poder público detem, maior será a efetividade do policiamento durante a pandemia. Todavia, as arbitrariedades praticadas sob o pretexto do exercício de poder de polícia tem evidenciado quem são os principais alvos da lei penal. Em regra, a interpretação das normas sanitárias, lastreada pela discricionariedade, é levada a cabo, em um primeiro momento, segundo um juízo de valor dos burocratas de nível de rua, ou seja, os agentes encarregados pelo policiamento ostensivo. Como inexistente imperativo geral e suficientemente claro por parte do poder público federal brasileiro, no sentido de quando e onde se observar o isolamento social, e diante da indeterminação de conceitos e lacunas verificadas nas múltiplas leis estaduais e municipais, muitas vezes o resultado das ações públicas podem se resumir à arbitrariedade policial. Em meio a tudo isso, diante das ambiguidades dos discursos de diferentes atores políticos, a reclassificação de comportamentos tidos como normais para antisociais, no período da pandemia sem comunicação clara acaba despertando a revolta de setores da sociedade.

É preciso questionar qual é o papel do policiamento diante da pandemia do novo coronavírus. Qualquer resposta a essa indagação começa por identificar a quem

compete a fiscalização do descumprimento das normas impostas para prevenção do contágio da doença. Até o presente momento, não está claro se essa competência seria de agentes sanitários, pelo que se trata de questões afetas à saúde pública; ou então, a incumbência seria dos atores do sistema de justiça criminal, tendo em vista que tais práticas podem esbarrar em crimes. De qualquer forma, independente de quem detenha essas atribuições, como vivemos tempos em que qualquer um pode ser potencialmente uma célula hospedeira do vírus, por evidente, o policiamento ou fiscalização dirigido à população em geral, será muito mais eficiente se as autoridades de saúde empregarem testes em massa e detectores de temperatura. Portanto, qualquer tomada de decisão dos gestores da segurança pública deve ter por norte a premissa de que os cuidados à saúde devem ser prioritários com relação ao policiamento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, como a população ainda não está sendo testada de forma massiva, adotou-se um modelo de policiamento que tem se mostrado ineficiente, se levarmos em consideração à baixa adesão voluntária ao isolamento social. Já foi utilizada a metáfora da sala escura (população) e a falta da lanterna (testes) para caracterizar nosso policiamento absolutamente errático, pelo que, em nossas condições materiais, qualquer pessoa pode ser uma hospedeira do vírus. Nesse contexto, resta rogar que as pessoas fiquem em casa, em um esforço coletivo diante do fracasso estatal, decorrente do desprezo à orientação da Organização Mundial da Saúde de “testar, testar, testar”, quando a Covid-19 era ainda um surto epidêmico na Ásia. Para agravar nossa situação, a agenda da saúde pública tem concorrido com a pauta econômica, pressionando nosso Sistema Único de Saúde (SUS), em meio a ações policiais ineficazes à prevenção às infecções.

A criminologia tem se debruçado sobre o tema do policiamento da pandemia, não para perguntar o que a polícia deve fazer durante esse período, mas para questionar se as

intuições policiais devem ter um papel central na gestão dessa grave crise de saúde pública. Como órgão encarregado da perseguição estatal, encarregado da aplicação da lei penal (*ultima ratio*), no atual arranjo democrático parece mais adequado que a polícia exerça apenas um papel coadjuvante durante a pandemia. A propósito, do ponto de vista criminológico, a polícia exerce uma forma, mas não a única, de controle social (formal). Assim, mais do que nunca, os atores que exercem controle social informal (família, vizinhança, lideranças comunitárias, igreja etc) podem e devem concorrer com as autoridades de saúde pública no sentido da prevenção à disseminação do vírus.

A Covid-19 abalou nosso senso de *segurança ontológica*. Mais do que nunca, durante o período epidêmico, as políticas criminais devem ser constantemente reformuladas. A pandemia gera sentimentos ambíguos no meio social. Se de um lado é premente a necessidade por maior controle social, por meio de dispositivos disciplinares de vigilância; de outra banda, as aspirações por algumas liberdades públicas, agora mitigadas, ainda que em sentido oposto das prescrições científicas e das autoridades de saúde, tendem a florescer e reverberar no debate público.

5. REFERÊNCIAS

- AKERS, Timothy A.; LANIER, Mark M. Epidemiological criminology: Coming full circle. *American Journal of Public Health*, volume 99, issue 3, p. 397 – 402, 2009.
- BANDURA, Albert. *Moral disengagement: how people do harm and live with themselves*. Macmillan, 2016.
- COHEN, Lawrence; FELSON, Marcus. Social change and crime rate trends: a routine approach. *American Sociological Review*, 44: 588-608, 1979.
- COLLINS, Keith; YAFFE-BELLANY, David. About 2 million guns were sold in the u.s. as virus fears spread. *The New York Times*, 2020. Disponível em: <<https://nyti.ms/3fKRnp8>>. Acesso em: 14 de maio de 2020.
- DANIELS, Joe P. Colombian death squads exploiting coronavirus lockdown to kill activists. *The Guardian*, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2Z5CMyz>>. Acesso em: 15 de maio de 2020.
- EISNER, Manuel; NIVETTE, Amy. Violence and the pandemic: urgent questions for research. *The Harry Frank Guggenheim Foundation*, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3cGyrW9>>. Acesso em: 23 de abril de 2020.
- FATSIS, Lambros. Inside the COVID-19 state: protecting public health through law enforcement. *The BSC Blog*, 2020. Disponível em: < <https://bit.ly/3cTrZv6>>. Acesso em: 28 de abril de 2020.
- FERRI, Pablo. México vive su mes más violento pese a la pandemia. *El País*, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3dK289j>>. Acesso em: 14 de maio de 2020.
- FLECKNOE, Daniel; WAKEFIELD, Benjamin C; SIMMONS, Aidan. *Plagues & Wars: The 'Spanish Flu' Pandemic as a Lesson from History. Medicine, Conflict, and Survival*. 2018; 34(2):61-68.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- HAN, Byung-Chul. Pandemia do coronavírus indica retorno à sociedade disciplinar. *Folha de São Paulo*, 2020. Disponível em: < <https://bit.ly/2S2NckA>>. Acesso em: 23 de abril de 2020.
- HOPPE, Trevor. *Punishing disease: HIV and the criminalization of sickness*. Oakland: University of California Press, 2018.
- KELLERMAN, Arthur L. et. al. Gun ownership as a risk factor for homicide in the home. *New England Journal of Medicine*. 1993;329:1084-1091.

LAPPI-SEPPÄLÄ, Tapio; LEHTI, Martti. Cross-comparative perspectives on global homicide trends. *Crime and Justice*. 2014;43(1):135-230.

MARLAND, Hilary; ANDERSON, Clare; MURPHY, William. Coronavirus: a history of pandemics in prison. *The Conversation*, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3eGNdhw>>. Acesso em: 23 de abril de 2020.

MUNIZ, Bianca; FONSECA, Bruno. Em alerta por coronavírus, prisões já enfrentam epidemia de tuberculose. *Agência Pública*, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2YbBlyr>>. Acesso em: 23 de abril de 2020.

PRINSLOO, Loni; BAX, Pauline. South Africa gangs call truce as lockdown stifles drug trade. *Bloomberg*, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2LyHhJX>>. Acesso em: 14 de maio de 2020.

SEMPLE, Kirk; AHMED, AZAM. Murder Rates See Steep Decline: 'It's Taking People Off the Streets'. *The New York Times*, 2020. Disponível em: <<https://nyti.ms/2T1tnnW>>. Acesso em: 14 de maio de 2020.

SOUTH, Nigel; BRISMAN, Avi. *The Routledge international handbook of green criminology*. UK: Routledge, 2014.

TARROW, Sidney. G. *Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics*. Cambridge University Press, 1994.

